

Perspectivas sobre a expansão da base florestal no Rio Grande do Sul: a percepção dos atores locais sobre o crescimento da silvicultura

Fernanda Queiroz Sperotto e Ilaine Zimmermann¹

1. Introdução

Um dos segmentos industriais que vem ganhando destaque nos últimos tempos, em razão dos novos aportes de investimento, é o segmento industrial de produção de celulose. Segundo matéria do Estado de São Paulo, intitulada “Indústria de celulose fecha as portas na Europa e abre no Brasil” (de 20/09/2008), o país se tornou protagonista na recomposição das forças da indústria de celulose e papel, sendo o alvo preferido de multinacionais do setor de celulose, que nos últimos anos estão deslocando suas fábricas do Hemisfério Norte para o Sul. Entre as razões que motivam este deslocamento estão: o aumento do preço da madeira (em decorrência da redução da oferta nos mercados europeu e norte-americano); a excelente adaptação do eucalipto ao Brasil (espécie exótica de origem australiana, que possibilitou uma extraordinária produtividade a um menor custo); e a forte expansão do consumo nos países emergentes, que implicou no aumento da demanda de celulose no mercado externo.

Regionalmente, destaca-se o estado do Rio Grande do Sul por ser o receptor de uma parte significativa destes novos investimentos. Para Benetti (2007), o Estado, mais precisamente a região da Metade Sul – há tempo problematizada pela sua estagnação econômica – a médio prazo passará por mudanças econômicas importantes desencadeadas por este novo aporte de investimentos advindo do setor de celulose e papel. Em um estudo posterior, Benetti (2008) avalia que a cadeia produtiva de papel e celulose que está se formando no Estado apresenta uma forte integração, traduzida pela proximidade locacional entre a base florestal e as unidades fabris de celulose.

Nesse sentido, a atividade silvícola – ainda que seja vinculada ao setor agrário, como uma cultura agrícola – está fortemente interligada ao setor industrial. Portanto, sua expansão pode significar um impulso dinâmico para algumas atividades e setores da economia regional, como também pode provocar alterações nas relações socioeconômicas entre os diferentes atores locais. Sperotto e Zimmermann (2008), analisando os aspectos socioeconômicos da área diretamente influenciada pelo plano de expansão de atividade florestal da empresa Aracruz Celulose S/A no Estado, verificaram que os atores locais vêem a atividade como uma forma alternativa de explorar áreas não utilizadas pela agricultura. Entretanto, externalizam uma preocupação quanto à mudança da matriz produtiva associada à silvicultura. Outro aspecto que aparece no estudo é o interesse da comunidade em obter maiores informações sobre os impactos ambientais do plantio de eucaliptos, em especial sobre as possíveis alterações nos recursos hídricos da região.

Diante do exposto, o presente estudo objetiva mapear os aspectos socioeconômicos das comunidades envolvidas no Programa de Expansão da Base Florestal, promovido pela empresa Aracruz Celulose S/A, Unidade Guaíba, no Estado do Rio Grande do Sul. A base desta análise são os resultados do EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental apresentado à FEPAM (Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente) por ocasião do processo

¹ Fernanda Queiroz Sperotto (Economista. Mestre em Economia pela UFRGS, pesquisadora da Foco Estudos Socioambientais e professora do Departamento de Economia da PUCRS) fesperotto@hotmail.com

Ilaine Zimmermann (Socióloga. Mestre em Educação pela UFRGS e pesquisadora da Foco Estudos Socioambientais) ilaine.z@hotmail.com

As autoras agradecem todos aqueles que participaram e colaboraram para execução deste estudo.

de licenciamento² - e os resultados parciais do Programa de Monitoramento e Avaliação (P&A), construído a partir das proposições deste EIA/RIMA.

O artigo encontra-se dividido em três seções além desta introdução. A primeira destas seções apresenta, a partir de dados secundários, a caracterização socioeconômica dos municípios integrantes da região monitorada. A segunda seção expõe os resultados do estudo qualitativo aplicado nas comunidades envolvidas no empreendimento. Por fim, a última seção reúne as informações e avalia as principais percepções locais acerca da expansão da silvicultura na região.

2. Perfil socioeconômico da região monitorada

Os municípios monitorados fazem parte da denominada “Metade Sul” do Estado (Figura 1), uma região conhecida por apresentar um baixo dinamismo econômico em comparação a outras regiões gaúchas conforme vários estudos, dentre eles, Alonso (2006).

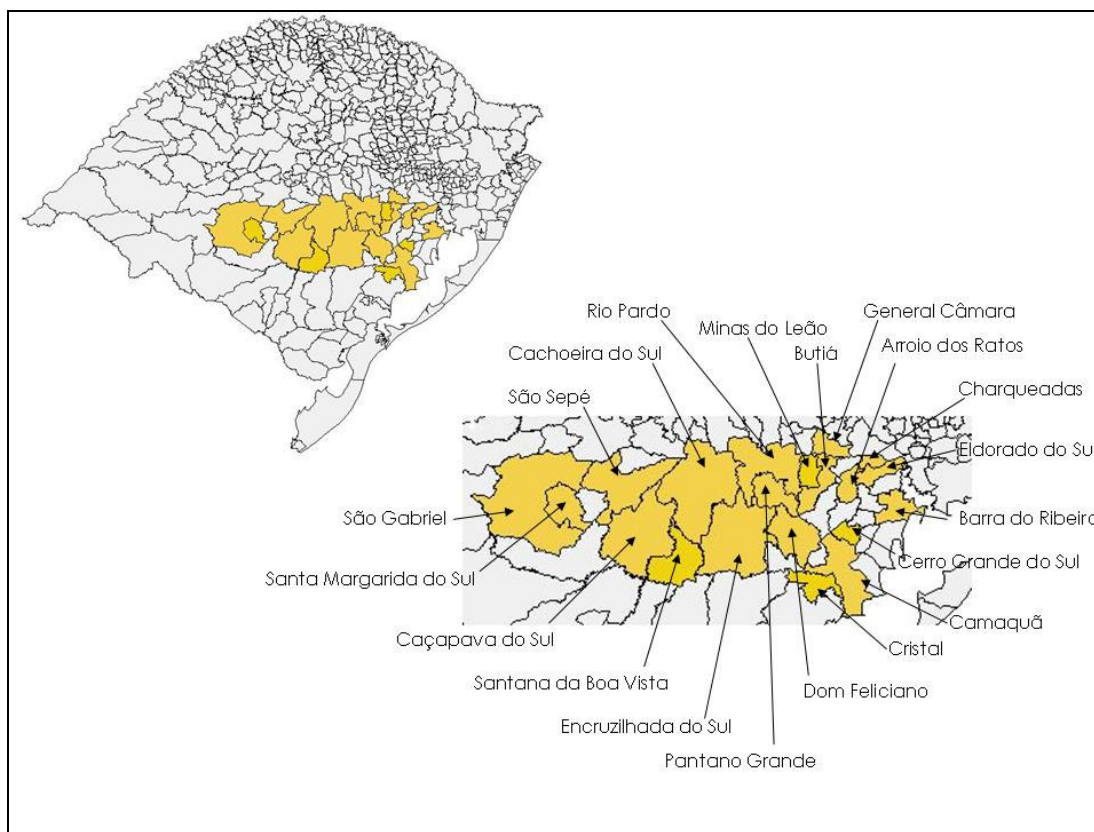


Figura 1: Localização geográfica dos municípios monitorados, por grupo de municípios.

² O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresentados pela empresa Aracruz Celulose S/A para fins de licenciamento ambiental contemplou 40 municípios e foi elaborado por Bacias Hidrográficas, sendo elas: Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí, Santa Maria, Camaquã, Vacacaí-Vacacaí Mirim. Entretanto, para a primeira fase do monitoramento (realizada em 2008/2009) foram selecionados 20 municípios, enquanto os demais 20 municípios serão monitorados em 2009/2010.

O Produto Interno Bruto da região monitorada representa 3,7% do PIB do RS (dado de 2005). Analisando o período entre 1985 e 2005 constata-se um declínio desta participação (Gráfico 1). Ademais, seu PIB *per capita* (Tabela 1) é inferior a média do Estado. Segundo os dados mais recentes (2005), enquanto no RS a renda média anual é de R\$ 13.310,00, na região monitorada esta diminui para R\$ 7.618,00, aproximadamente a metade da renda do Estado (Tabela 2). Entre os municípios, apenas três possuem PIB *per capita* acima da média do Estado, são eles: Charqueadas, Eldorado do Sul e Santa Margarida do Sul. Camaquã, Pantano Grande, São Sepé, Caçapava do Sul, General Câmara, Butiá e Cachoeira do Sul, possuem renda menor que a média do RS, mas acima da média do grupo: ou seja, possuem renda entre R\$ 10.000,00 e R\$ 7.600,00. As piores situações de renda são encontradas nas localidades de Rio Pardo, São Gabriel, Barra do Ribeiro, Minas do Leão, Cristal, Arroio dos Ratos, Cerro Grande do Sul, Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul e Santana da Boa Vista.

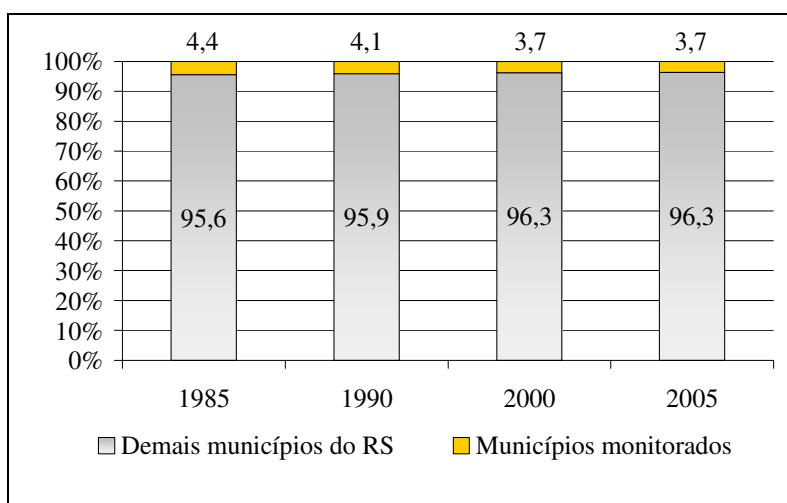


Gráfico 1: Participação no PIB do estado, RS, 1985-2005.

Fonte: FEEDADOS. Dados capturados em agosto de 2008.

Tabela 1: PIB *per capita*, em R\$, RS, 2005.

Municípios	PIB <i>per capita</i>	Municípios	PIB <i>per capita</i>
Arroio dos Ratos	6.784	Encruzilhada do Sul	6.208
Barra do Ribeiro	7.281	General Câmara	8.074
Butiá	7.937	Minas do Leão	7.016
Caçapava do Sul	8.182	Pantano Grande	9.902
Cachoeira do Sul	7.723	Rio Pardo	7.513
Camaquã	10.787	Santa Margarida do Sul	14.033
Cerro Grande do Sul	6.742	Santana da Boa Vista	5.492
Charqueadas	26.436	São Gabriel	7.402
Cristal	6.901	São Sepé	8.247
Dom Feliciano	6.701	Monitorados *	7.723
Eldorado do Sul	22.640	Total RS	13.310

Fonte: FEEDADOS. Dados capturados em agosto de 2008.

Nota: Os dados estão em R\$ a preços de 2005.

* PIB *per capita* calculado a partir da mediana da seleção de municípios.

Em relação à estrutura econômica dos municípios selecionados (Gráfico 2), ao analisar a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB)³ constata-se a maior parcela advém do setor da agropecuária (8,2%). A participação dos demais setores é mais modesta: 4,1% do VAB Industrial e 3,1% do VAB de Serviços, sendo que toda a região produz 3,8% do VAB total do Estado. Ademais, comparando as participações entre 1999 e 2005 verifica-se um crescimento na geração de produtos agropecuários e industriais que passaram de 6,8% e 3,3% para 8,2% e 4,1% de participação no VAB, respectivamente.

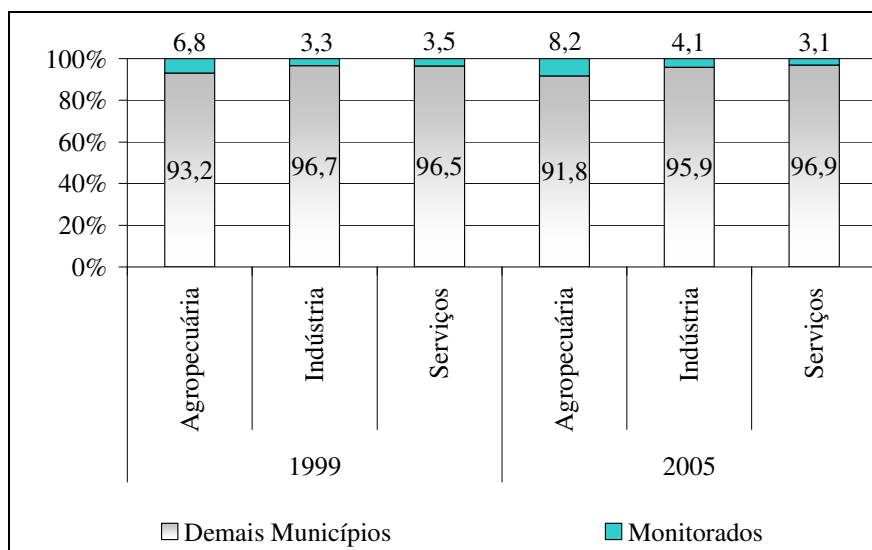


Gráfico 2: Participação dos municípios monitorados no VAB, segundo setor econômico, RS, 1999 e 2005.

Fonte: FEEDADOS. Dados capturados em agosto de 2008.

Com a intenção de sistematizar as condições dos municípios monitorados, no que diz respeito à qualidade de vida, selecionou-se o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE⁴. Conforme as informações coletadas (Gráfico 3) observa-se que as condições de

³ O VAB é a diferença entre o valor bruto da produção, a preços do produtor, e o consumo intermediário, a preços de mercado.

⁴ O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE – assim como outros índices de desenvolvimento humano, indica o nível médio das condições socioeconômicas das regiões. Quanto mais próximos de um, melhores são as condições; quanto mais próximo de zero, piores estas serão.

O IDESE é apurado a partir de 12 indicadores divididos em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde.

Seguindo os parâmetros da ONU, as regiões são classificadas em três níveis: a) baixo desenvolvimento (índices até 0,499); b) médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799); e c) alto desenvolvimento (maiores ou iguais que 0,800).

Os blocos que compõem o IDESE consideram os seguintes indicadores:

a) Educação: Taxa de abandono no ensino fundamental (peso no Bloco 0,25; peso no IDESE 0,0625), Taxa de reprovação no ensino fundamental (peso no Bloco 0,20, peso no IDESE 0,0500), Taxa de atendimento no ensino médio (peso no Bloco 0,20, peso no IDESE 0,0500), Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade (peso no Bloco 0,35, peso no IDESE 0,0875).

b) Renda: Geração de renda (PIBpc peso no Bloco 0,50, peso no IDESE 0,1250, limite inferior 100 \$ ppp, limite superior 40 000 \$ ppp), Apropriação de renda (VABpc do comércio, alojamento e alimentação peso no Bloco 0,50, peso no IDESE 0,1250, limite inferior 11,22 \$ ppp, limite superior 4.486,64 \$ ppp).

c) Condições de Saneamento e Domicílio: Percentual de domicílios abastecidos com água - rede geral (peso no Bloco 0,50, peso no IDESE 0,1250), Percentual de domicílios atendidos com esgoto sanitário - rede geral de esgoto ou pluvial

desenvolvimento socioeconômico dos municípios monitorados se mantém abaixo no nível apurado para o Estado. Na maioria das localidades o índice ficou entre 0,735 e 0,665. Nos extremos destacam-se: a localidade de Dom Feliciano, por apresentar o menor índice; e as localidades de Charqueadas, Barra do Ribeiro e Camaquã, por serem as únicas com índices acima da média gaúcha.

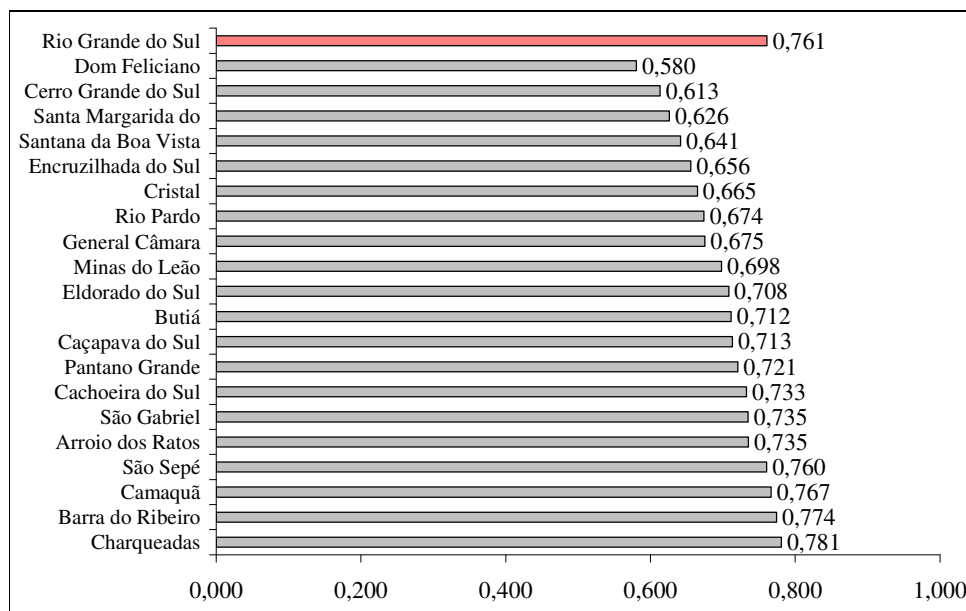


Gráfico 3: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, RS, 2005.

Fonte: FEEDADOS. Dados capturados em julho de 2008.

Compactando as informações apresentadas, observa-se que a região monitorada, formada pelos 20 municípios selecionados no EIA/RIMA, possui uma performance econômica abaixo da média do Estado, conforme revelaram os dados do PIB e do PIB *per capita*, sendo, também, uma região com a economia fortemente atrelada ao setor primário. Além disso, as condições de bem-estar, mensuráveis através do IDESE, foram inferiores à média gaúcha.

3. Atores sociais e meio ambiente: percepção dos atores locais nos municípios

Esta etapa do trabalho tem como meta fornecer um diagnóstico socioeconômico da Área de Influência Direta (AID)⁵ nos municípios onde ocorrerá o Programa de Expansão da Base Florestal da Aracruz Celulose S/A, buscando avaliar diferentes aspectos desse empreendimento na atividade rural. O estudo desenvolvido caracteriza-se como um estudo de caso, na medida em que ambas as análises (quantitativas e qualitativas) são pertinentes para o entendimento de determinada realidade

(peso no Bloco 0,40, peso no IDESE 0,1000), Média de moradores por domicílio (peso no Bloco 0,10, peso no IDESE 0,0250).

d) Saúde: Percentual de crianças com baixo peso ao nascer (peso no Bloco 0,33, peso no IDESE 0,0833) , Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (peso no Bloco 0,33, peso no IDESE 0,0833, limite inferior 316 por mil, limite superior 4 por mil), Esperança de vida ao nascer (peso no bloco 0,33, peso no IDESE 0,0833, limite inferior: 25 anos, limite superior: 85 anos)

⁵ Defini-se por AID a área geográfica mais influenciada pelo impacto gerado pelo empreendimento.

(Yin, 2003). O estudo qualitativo compreendeu, fundamentalmente, a aplicação de entrevistas com diferentes atores e lideranças locais da AID do Programa de Expansão da Base Florestal.

As informações apresentadas referem-se aos resultados da pesquisa de campo aplicada nos municípios durante a realização do EIA/RIMA no ano de 2006, com finalidade de captar a percepção dos atores locais em relação à presença da empresa Aracruz S/A na região. Desse modo, esta seção refere-se aos resultados da pesquisa em 20 dos 40 municípios contemplados pela pesquisa de campo do EIA/RIMA. Estes 20 municípios estão inseridos na primeira fase do Programa de Monitoramento e Avaliação, com o objetivo de captar as alterações e/ou modificações que por ventura podem estar ocorrendo com a expansão da base florestal.

O roteiro de perguntas da pesquisa de campo centrou-se em aspectos socioeconômicos e culturais, com o intuito de indicar, na ótica de seus diferentes atores, as tendências e os limites da economia local e as expectativas quanto à exploração florestal. Os resultados desta pesquisa foram agrupados em três eixos: a) impactos diretos e indiretos na dinâmica econômica do município; b) implicações para a mão-de-obra local; e c) mudanças socioambientais.

Esta pesquisa de campo foi executada através de questionário semi-estruturado com representantes da comunidade local. A amostra partiu do pressuposto da existência de ao menos oito representantes locais em cada município, que possuem inserção nos diferentes segmentos da comunidade ligada ao meio rural. Os representantes/entidades ouvidos nas entrevistas foram: Associações e movimentos sociais; Cooperativas; Lideranças comunitárias; Lideranças religiosas; ONGs; Secretaria do Meio Ambiente/Conselho Municipal; Secretaria da Agricultura; Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Fetag; Sindicato Rural – Farsul; e Emater. Ao todo foram realizadas 105 entrevistas nos 20 municípios selecionados.⁶

Das 105 entrevistas realizadas, 40% foram com representantes do setor público e o restante, (60%) com representantes vinculados a entidades de classe e/ou associações comunitárias e outros. Outra informação sobre os respondentes é que a maioria (51,9%) possui ensino superior completo e 11,1% declararam ter superior incompleto.

3.1 Impactos diretos e indiretos na dinâmica econômica do município

Com o propósito de averiguar os impactos diretos e indiretos na economia local perguntou-se aos entrevistados quais seriam as principais dificuldades (gargalos) para a promoção do desenvolvimento local. Segundo eles, os problemas seriam: a baixa diversificação produtiva (14,3%), a falta de uma política agrícola (12,4%) e a ausência de indústrias (12,4%). Também foram mencionados: a falta de investimentos em infraestrutura (10,5%), crise do setor agropecuário (8,6%), problemas relacionados à baixa escolaridade e qualificação da população nos municípios contemplados (7,6% dos respondentes).

No que tange às potencialidades econômicas locais, os elementos mais apontados foram: a agropecuária (15,2%), a agroecologia aliada à agricultura familiar (10,5%), a qualificação da mão-de-obra (10,5%) e a qualidade da água, solo e clima (8,6%).

Vale ressaltar que, mesmo registrando-se algumas dificuldades na agropecuária, os entrevistados vêem esta atividade (bem como suas especialidades) como extremamente relevante. Esta percepção reforça a vocação regional histórica fortemente atrelada ao setor primário. Portanto,

⁶ O número mínimo estimado por município, para que a amostra fosse significativa, foi de três entrevistas, ou seja, considerando-se um universo amostral de 160 (20x8), o número mínimo de entrevistas deveria ser 60. Entretanto, na aplicação dos questionários, surgiu a oportunidade de ampliá-lo, de forma que o tamanho da amostra se aproximou mais do tamanho da população (105 entrevistas), permitindo diminuir o erro o previsto anteriormente. Desta forma, os dados apresentados são significativos para o universo dos 20 municípios selecionados.

na visão dos representantes, a agropecuária dentro da lógica da diversificação de culturas, aliada às agroindústrias, são potenciais para promoção do desenvolvimento local. Esta idéia foi ratificada quando se perguntou sobre qual seria a atividade econômica predominante na região: 83% dos entrevistados apontou a agropecuária como carro-chefe de desenvolvimento para a região. Todavia, 61,9% dos entrevistados declararam insatisfação com a atividade, fato atribuído à falta de uma política agrícola clara para o país.

Especificamente em relação à vinda da Aracruz para a região, 72,4% dos entrevistados avaliam a expansão como positiva. Dada a incapacidade da região em superar determinados impasses estruturais, essa expectativa positiva está baseada, particularmente, em dois aspectos apontados pelos entrevistados: a geração de emprego e renda nos municípios (32,4%) e a diversificação econômica (18,1%). Em especial, para os favoráveis ao projeto de expansão, a principal argumentação é que à vinda da empresa irá melhorar a situação do município, à medida que a região como um todo se desenvolve (Tabela 2).

Em contraponto, para aqueles que têm restrições ao projeto, uma das preocupações mencionadas são os efeitos decorrentes da especulação imobiliária, influenciada pelo aumento da compra de terras por parte da empresa. Entre estes, 7,6% preocupam-se com os aumentos da concentração fundiária e do êxodo rural. Salienta-se que tal preocupação é mais representativa nos municípios onde predomina a pequena propriedade baseada na agricultura familiar. Outra apreensão manifestada por alguns entrevistados diz respeito aos danos ambientais (6,7%) (Tabela 2), principalmente com relação aos recursos hídricos.

Tabela 2: Avaliação sobre a vinda Aracruz para a região segundo os entrevistados.

AVALIAÇÃO	ENTREVISTADOS	%
Positivo		
1. Geração emprego e renda	34	32,4
2. Diversificação econômica	19	18,1
3. Melhorias situação do município/desenvolvimento	10	9,5
4. Empresa pode ser boa parceira	4	3,8
5. Com limitação na ocupação de áreas nobres (zoneamento)	7	6,7
Negativo		
6. Danos ambientais	7	6,7
7. Emprega pouca M.O.	2	1,9
8. Interesse só no lucro	2	1,9
9. Concentração de terras/êxodo rural	8	7,6
10. Áreas impróprias não há áreas no município	1	0,9
11. Favorável com restrições	4	3,8
Não sabe/não respondeu	7	6,7
TOTAL	105	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – 2006.

No que se refere ao plantio de eucaliptos na região, uma parcela significativa dos entrevistados mostrou-se favorável, porém desde que haja critérios de zoneamento (27,6%). Salientam, também, que este plantio irá diversificar a atividade econômica da região gerando emprego e renda (24,8%). Entretanto, as preocupações com o impacto ambiental e a falta de zoneamento foram apontadas por 14,3% dos entrevistados. Finalmente, 8,6% dos entrevistados afirmaram que o plantio de eucalipto é desfavorável, por se tratar de uma monocultura que causa impactos ambientais e provoca o êxodo rural.

Tabela 3: Opiniões sobre o plantio de eucaliptos segundo os entrevistados.

OPINIÃO	%
1. Favorável com a preservação ambiental	10,5
2. Geração de emprego e renda/favorável	24,8
3. Favorável como diversificação com zoneamento	27,6
4. Pouco conhecimento sobre o tema	5,7
5. Preocupação com impacto ambiental e falta de zoneamento	14,3
6. Preocupação com a monocultura	6,7
7. Desfavorável monocultura impacto ambiental/êxodo rural	8,6
8. Negativo, cultura com ciclo longo	1,8
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Com relação aos impactos gerados pela compra de terras, 54,3% dos entrevistados vêm como favorável, 40% são contrários e 5,7% não souberam/não responderam. Dentre as opiniões favoráveis, 21% colocam como condição a realização de zoneamento e o respeito à legislação ambiental. Outra parcela dos representantes locais (19%) entende que é apenas uma questão de economia de mercado ou oportunidade de negócio aliada à valorização das terras. Outra razão vista como positiva nesta questão foi a diversificação da economia local, apontada por 8,5% dos entrevistados.

Já os que apontaram restrições listam o risco de concentração de terras, comum em atividades de monocultura, e o conseqüente deslocamento dos produtores das propriedades rurais (22,9%). Neste sentido, 8,5% dos respondentes destacam a necessidade de parcerias como uma forma mais adequada de expansão da silvicultura, uma vez que se reduz o risco social fixando o homem no campo e possibilitando que o produtor cumpra um papel mais relevante.

Ainda no tocante à aquisição de terras, ao ser interrogar sobre qual seria o motivo da venda das terras pelos proprietários, 41,9% responderam que as principais causas estão associadas ao endividamento e falta de uma política agrícola condizente com a realidade local/regional. Uma parcela significativa de respondentes também mencionou a oportunidade de negócio (28,6%), seguida pelo desestímulo a continuidade na atividade (12,4%).

A respeito da possibilidade de alteração do perfil socioeconômico do município e/ou da região a partir do novo empreendimento, 58,1% dos entrevistados declararam que deverá ocorrer alteração, enquanto 34,3% informaram que não, e 7,6% não responderam ou não souberam informar. Todavia, essas informações não são precisas, pois, ao se questionar em que sentido haveria alteração do perfil socioeconômico, 42,9% não responderam ou não sabiam. Uma das hipóteses para isto é a ausência da silvicultura em larga escala nesses municípios, limitando, em parte, a capacidade de avaliação dos entrevistados sobre o tema.

Na pesquisa de campo, registrou-se que existe uma expectativa em relação à geração de emprego e renda com a atividade, pois 17,1% afirmaram que a silvicultura poderá alterar o perfil socioeconômico local, ainda, 15,2% das respostas se referiram à mudança na matriz produtiva. Contudo, uma parcela dos representantes locais apontou que a monocultura pode provocar o êxodo rural (10,5%).

Um aspecto importante verificado nos depoimentos diz respeito ao ciclo mais longo da cultura do eucalipto em relação às atuais atividades agropecuárias predominantes nos municípios. Receia-se que, com maiores prazos para ingresso de capital, a circulação dos recursos nos municípios se reduzirá. Existem dúvidas se isso pode ser compensado por uma maior remuneração da silvicultura. Por outro lado, o produtor tradicional – agricultor ou pecuarista – costuma canalizar uma boa parcela dos recursos auferidos para o comércio local, movimentando a economia regional. Diante disso, com a aquisição de áreas e plantio pela empresa, existe o receio de que os recursos sejam drenados para fora do município. Uma alternativa seria a implantação de beneficiamento parcial na região ou implantação de atividades de logística (como portos, ferrovias, rede de

transporte), que aproveitassem a mão-de-obra local, garantindo uma maior injeção de recursos financeiros na economia local.

Quanto à forma de contribuição da empresa para a comunidade local, a grande maioria dos entrevistados referiu a criação de postos de trabalho e a geração de renda a partir do incremento da atividade de silvicultura (30,5%), o desenvolvimento de projetos sociais (21%) e a contribuição com programas de educação e preservação ambiental (19%). Ademais, 11,4% mencionaram as parcerias com o produtor local como uma forma de desenvolver a região (Tabela 4).

Tabela 4: Contribuição da empresa para a comunidade local

CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA NA COMUNIDADE LOCAL	ENTREVISTADOS	%
1. Criando postos de trabalho/ gerando renda	32	30,5
2. Projetos sociais	22	21,0
3. Educação e preservação ambiental	20	19,0
4. Parcerias com o produtor	12	11,4
5. Educação e formação técnica	6	5,7
6. Não contribui	6	5,7
7. Outros	4	3,8
8. Beneficiamento local / industrialização	2	1,9
9. Não sabe/não respondeu	1	1,0
TOTAL	105	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Ao se verificar se a população local está sendo informada sobre o Programa de Expansão da Base Florestal promovido pela empresa, uma parcela significativa (50,5%) dos entrevistados afirmou que não, reclamando uma maior presença de informações sobre a empresa na região. Em contrapartida, 49,5% dos informantes afirmaram que sim, que estão recebendo informações sobre a expansão da empresa na região.

A respeito da forma mais adequada para promover o Programa de Expansão da Base Florestal (Gráfico 4), a maioria (52,4%) citou as parcerias com os produtores rurais, enquanto 17,1% afirmaram que seria em propriedades da própria empresa. Cabe frisar que também foram citados pelos respondentes o fomento florestal (16,2%) e o sistema de arrendamento (6,7%). A justificativa para um índice elevado em relação às parcerias traduz-se no fato de que estas envolvem mais o produtor e garantem sua permanência na terra (64,8%) (Gráfico 5).

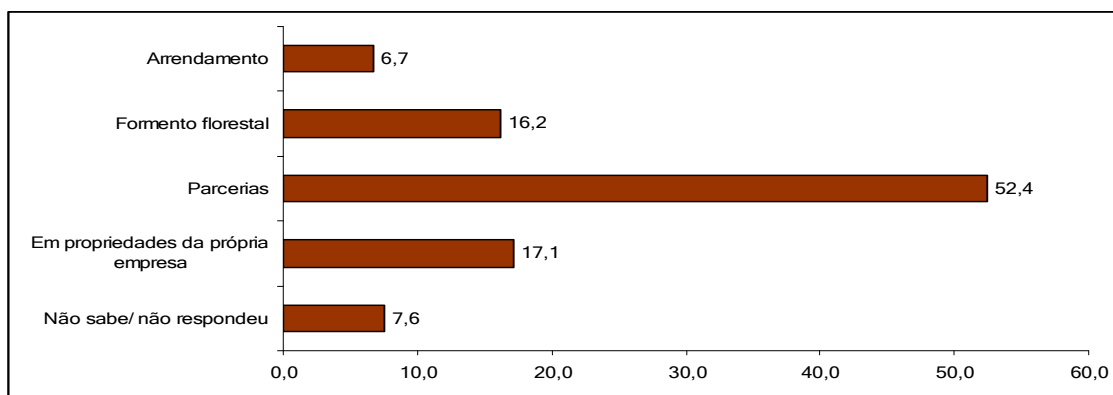


Gráfico 4: Forma mais adequada para promover o Programa de Expansão Florestal segundo os entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

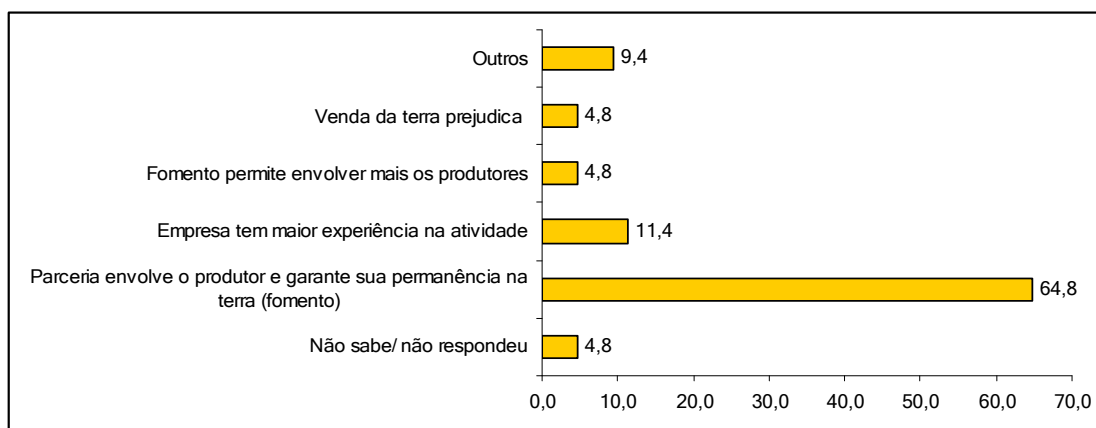


Gráfico 5: Justificativa para a forma mais adequada para promover o Programa de Expansão Florestal segundo os entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

3.2 Impactos socioeconômicos referentes à geração de emprego e renda

De acordo com o que foi exposto no item anterior, os entrevistados revelaram, ao mesmo tempo, preocupações e expectativas positivas em relação à expansão da base florestal da empresa Aracruz Celulose S/A.

Uma das preocupações de destaque é a questão do possível deslocamento de mão-de-obra a partir da aquisição de áreas pela empresa nos diferentes municípios. A maioria dos entrevistados (56,2%) declarou existir preocupação com o aumento do êxodo rural e com o agravamento de problemas sociais nas cidades pólo de cada região. Contudo, 10,5% dos entrevistados crêem que os trabalhadores serão reabsorvidos na mesma atividade ou pela Aracruz Celulose S/A (16,2%).

Por outro lado, 72,4% dos informantes afirmaram que acreditam que o Programa de Expansão da Base Florestal da empresa possibilitará a criação de novos postos de trabalho, confirmando uma expectativa gerada pelo novo empreendimento em relação à geração de emprego. Portanto, na opinião da maioria dos entrevistados, a silvicultura pode contribuir para aumentar a geração de renda na região.

Quando questionados como a silvicultura pode se tornar uma alternativa de renda, 29,5% dos entrevistados apontaram via geração de emprego e renda, 21% por meio de parcerias com produtor e 15,2% mediante diversificação econômica (Tabela 5).

Tabela 5: De que forma a silvicultura pode se tornar uma alternativa de renda?

ALTERNATIVA DE RENDA - FORMA	ENTREVISTADOS	%
1. Gerando emprego/renda	31	29,5
2. Parcerias com produtor	22	21,0
3. Diversificação econômica	16	15,2
4. Ocupação de terras ociosas	4	3,8
5. Beneficiamento na região (industrialização)	2	1,9
6. Educação/mudança de paradigmas	1	1,0
7. Outros	9	8,6
8. Não sabe/não respondeu	20	19,0
TOTAL	105	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Em complementação a pergunta anterior, questionou-se sobre como os produtores rurais podem se beneficiar com a silvicultura. Na opinião da maior parte dos entrevistados, este benefício se dará nas formas de: diversificação da atividade (35,9%), alternativa de renda (34,9%) e valorização das terras (22,9%). Em outras palavras, na medida em que o produtor é também incorporado à atividade florestal como parceiro, ainda que em pequenas parcelas, passa a ter uma nova alternativa de renda, sem abandonar sua atividade tradicional, o que, além de minimizar os problemas de redução da população rural, permite um aumento da renda gerada na propriedade (Tabela 6).

Tabela 6: Como os produtores rurais podem se beneficiar com a silvicultura?

FORMA DE BENEFÍCIO	NÚMERO	%
1. Diversificação das atividades	88	35,9
2. Alternativa de renda	84	34,3
3. Valorização das terras	56	22,9
4. Indiferente	5	2,0
5. Outras formas	4	1,6
6. Não traz benefícios	8	3,3
TOTAL	245	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, 2006.

Nota: Múltipla resposta.

3.3 Impactos socioambientais da silvicultura

Além dos aspectos gerais ligados ao projeto de expansão florestal e, por conseguinte, as expectativas em relação à geração de emprego e renda, outro aspecto pontuado na pesquisa foi o impacto ambiental gerado pela silvicultura na região.

Em se tratando da conservação do solo, 40% dos entrevistados mencionaram que houve melhorias, nos anos recentes, em relação ao modo de uso do solo por parte dos produtores, mas acham que a adesão ainda é pequena. Uma parcela dos representantes acredita que os produtores adotam práticas conservacionistas em relação à conservação dos solos (25,7%), enquanto 21,9% acreditam que os produtores não adotam práticas conservacionistas e que não existe fiscalização sobre a situação.

Sobre as áreas de preservação ambiental, 26,7% dos entrevistados acreditam que são pouco respeitadas, enquanto 22,9% relataram que as áreas de preservação ambiental estão em situação precária. No entanto, 21% dos respondentes afirmaram que houve melhorias em relação aos cuidados dispensados às áreas de preservação ambiental da região e 14,3% dos entrevistados citaram que há necessidade de cuidados mediante fiscalização (Tabela 7).

Tabela 7: Qual a situação atual das áreas de preservação ambiental?

SITUAÇÃO ATUAL	ENTREVISTADOS	%
1. Pouco respeito às áreas de preservação ambiental	28	26,7
2. Áreas degradadas situação precária	24	22,9
3. Houve melhorias, regular	22	21,0
4. Cuidados mediante fiscalização	15	14,3
5. Boa preservação	13	12,4
6. Não sabe/não respondeu	2	1,8
7. Outros	1	0,9
TOTAL	105	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Quando questionados se o eucalipto provoca alteração ambiental, 23,8% declararam que o plantio não altera o meio ambiente. Em oposição, 19% dos respondentes mencionaram que o plantio de eucalipto irá reduzir a disponibilidade de água, 15,2% que o plantio afeta a fauna e a flora, provocando desequilíbrio ecológico e 10,5% que haverá empobrecimento do solo (Tabela 8).

Tabela 8: O plantio de eucalipto provoca alteração ambiental?

ALTERAÇÃO	ENTREVISTADOS	%
1 Não altera	25	23,8
2 Redução disponibilidade de água	20	19,0
3 Afeta fauna e flora desequilíbrio ecológico	16	15,2
4 Empobrecimento do solo	11	10,5
5 Outros	11	10,5
6 Não sabe/não respondeu	10	9,5
7 Redução da diversidade monocultura	8	7,6
8 Afeta mata nativa	4	3,9
TOTAL	105	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, 2006.

Em especial quanto à alteração nos recursos hídricos, a grande maioria dos entrevistados (71,4%) disse que o plantio de eucalipto provocará alterações nos recursos hídricos. Esta resposta apareceu mesmo em municípios onde não existe ainda o plantio em maior escala, indicando, provavelmente, uma influência da discussão que tem sido estampada na mídia quanto aos possíveis impactos da atividade sobre os recursos naturais.

Outro aspecto pontuado foi a mudança na paisagem. A grande maioria dos entrevistados (80%) mencionou que haverá mudança na paisagem rural com a expansão do plantio de eucalipto, sendo que somente 16% dos entrevistados relataram a não alteração de paisagem rural, enquanto que 4% não sabem e/ou não responderam (Gráfico 6).

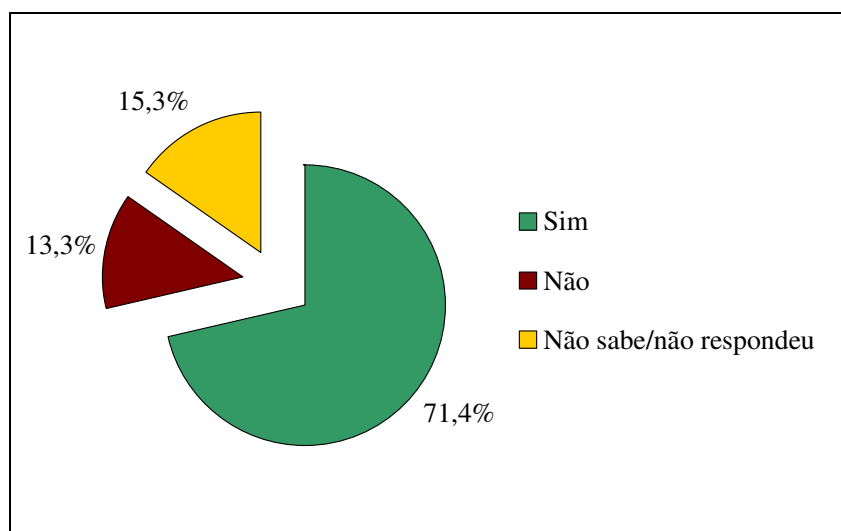


Gráfico 6: O Plantio de eucalipto provoca alteração nos recursos hídricos?

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

4. Considerações Finais

O estudo aqui apresentado teve como finalidade fornecer subsídios à discussão acerca da expansão da silvicultura no Rio Grande do Sul (RS), mediante apresentação de informações socioeconômicas e ambientais, captadas através de dados secundários e pesquisa de campo. Frisa-se que a expansão da silvicultura corresponderá à primeira etapa da consolidação da Cadeia Produtiva de Papel e Celulose no RS, mais precisamente, na Metade Sul do Estado.

Pontualmente, em relação à dinamização da economia local, apurou-se que a região formada pelos 20 municípios selecionados no EIA/RIMA vem declinando sua participação no PIB gaúcho desde 1985. A renda média da população, mensurada a partir do PIB *per capita*, indicou que a região possui uma relação de produto por habitante inferior a do Estado. A composição do Valor Adicionado Bruto revelou que a maior parcela do produto advém do setor primário, sendo a participação dos demais setores mais modesta. Ademais, a região monitorada responde por apenas 3,8% do VAB total do Estado. Em complementação a estas informações, o indicador das condições de bem-estar (IDESE) acusou que as condições de bem-estar da população da região são inferiores à média gaúcha.

A segunda parte do texto procurou apresentar as percepções dos atores locais quanto à expansão do empreendimento da Aracruz Celulose S/A na atividade de exploração florestal na região formada pelos 20 municípios. O questionário privilegiou três grandes temas: impacto direto e indireto na dinâmica econômica do município, implicações para a mão-de-obra local e mudanças socioambientais.

A percepção dos representantes locais quanto aos impactos diretos e indiretos na dinâmica econômica revelou que os principais gargalos da região são: a baixa diversificação produtiva, a falta de uma política agrícola e a ausência de indústrias. Em contraponto, a agropecuária, a agroecologia associada à agricultura familiar, e a qualificação da mão-de-obra são potencialidades econômicas locais a serem exploradas para promoção do desenvolvimento. Portanto, mesmo cientes das dificuldades da agropecuária, os entrevistados vêem esta atividade como carro-chefe para o desenvolvimento local; ou seja, a agropecuária dentro da lógica da diversificação de culturas, aliada às agroindústrias, potencializará o desenvolvimento local.

Nesse sentido, a silvicultura passa a ser vista como uma nova alternativa econômica e uma forma de explorar áreas não utilizadas pela agricultura. Segundo a maioria dos entrevistados, a ida da Aracruz para a região é positiva, uma vez que possibilitará a geração de emprego e renda e a diversificação econômica. Conforme os entrevistados, se espera desenvolver na região, além do plantio, atividades de beneficiamento, parcerias com os produtores rurais e prática de fomento florestal.

No tocante à questão ambiental, uma das evidências é o receio quanto à possibilidade de não cumprimento da legislação ambiental por parte da empresa. Um dos pontos mais comentados nas entrevistas foi a alteração que o plantio de eucaliptos poderá ocasionar nos recursos hídricos da região.

Em suma, percebem-se, ao mesmo tempo, preocupações e expectativas quanto à mudança da matriz produtiva local associada à silvicultura. A percepção dos representantes locais aponta para a necessidade de ações concretas que venham superar o baixo dinamismo econômico, visando, principalmente, melhorar a situação da população desta região, como demonstrado pelo baixo PIB, PIB *per capita* e IDESE. Para tanto dois aspectos deverão ser contemplados: a) execução de políticas públicas de estímulo à agroecologia e à agricultura familiar, possibilitando uma maior diversificação e remuneração da atividade primária; e b) iniciativas por parte da empresa em garantir que a informação a respeito das ações que serão desenvolvidas em cada região chegue até a comunidade local, de forma continuada, abordando os impactos positivos e negativos que o incremento da silvicultura, do ponto de vista socioeconômico e ambiental, poderá acarretar. Em parte, este segundo aspecto já está sendo encaminhado pelo estudo de monitoramento, que objetiva

avaliar o grau de articulação e o correspondente impacto na região, a partir da relação que se estabelece entre a empresa e a comunidade.

5. Bibliografia

ALONSO, José Antônio Fialho. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. IN: Indicadores Econômicos FEE, v.33, n. 4, 2006. Porto Alegre.

BENETTI, Maria. Indicadores da formação de uma plataforma exportadora de celulose no Rio Grande do Sul. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 7-20, 2008.

BENETTI, Maria. Perspectivas de transformações estruturais na economia da Metade Sul do Estado. Indicadores Econômicos, FEE, v 34, nº 4, pág 129-142, 2007.

FEEDADOS – Banco de Dados Fundação de Economia e Estatística. http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp, acesso maio – dezembro de 2008.

INDÚSTRIA de celulose fecha as portas na Europa e abre no Brasil, *Jornal O Estado de São Paulo*, Caderno Negócios, p. B-22, de 20/09/2008.

NEVES, Clarisse E Baeta, e CORRÊA, Maria B. (Org.) Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas, Cadernos de Sociologia nº 9. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 1998.

SPEROTTO, Fernanda Q. e ZIMMERMANN, Ilaine. Expansão da Base Florestal no Rio Grande do Sul: algumas reflexões sobre o crescimento da silvicultura. Santa Cruz do Sul: IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, outubro de 2008.

VERDUM Roberto e MEDEIROS, Rosa M.V.(Org.) RIMA: Relatório de Impacto Ambiental Legislação, elaboração e resultados 5ª edição Editora UFRGS, 2006.

YIN, Robert, Estudo de Caso – Planejamento e Métodos, 2003.